



TRIBUNAL DE JUSTICA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIARIO
COMARCA DE RECIFE
V JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL - BOA VISTA - PROJUDI -

AV. MARTINS DE BARROS, 593, SANTO ANTÔNIO - RECIFE

Processo nº: **001.2009.903.981-8**

Autor(es): DEYVSON ARAGAO

Réu(s): EMPRESA FEDERAL SEGUROS S/A

DECISÃO

PROCESSO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO-DPVAT.
 REVELIA. INDENIZAÇÃO CONFORME AS LEIS 11.482/07 E
 11.945/2009. PARCIAL PROCEDÊNCIA.

<!--[if !supportEmptyParas]--> <!--[endif]-->

Vistos, etc...

<!--[if !supportEmptyParas]-->

DEYVSON ARAGÃO, já qualificado nos autos, promoveu contra **EMPRESA FEDERAL DE SEGUROS S/A**, também individuada na exordial a **AÇÃO COBRANÇA DE COBERTURA SEQUITRRIA DPVAT**, aduzindo, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 11/10/2008 e na condição de vítima e beneficiário e com a documentação necessária solicitou a indenização do seguro DPVAT junto à empresa demandada pela debilidade permanente do membro inferior esquerdo, tendo esta sido negada pela falta de documentos necessários ao pagamento. Pelos motivos expostos, requer o pagamento da indenização sequitrria referente ao seguro obrigatório DPVAT, de acordo com a Lei 11.482/07, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Frustradas as tentativas de conciliação, procedeu-se à instrução do feito, ocasião em que a parte autora produziu prova documental.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Na audiência de instrução, foi constatado a ausência da empresa demandada apesar de devidamente intimada desde 20/11/2009.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Considerando a ausência injustificada da empresa na audiência de conciliação ou de instrução e julgamento apesar de regularmente citada e intimada, por via postal, dispondo o Enunciado 01 do Colégio Recursal deste Estado e Enunciado 5 do FONAJE, que se presume recebida a correspondência enviada para o endereço do demandado e juntado o AR aos autos sem recusa, considerando a comunicação válida para efeito da citação e intimação. Ademais, dispõe o artigo 20, da Lei 9.099/95, c/c o art. 319 do CPC, que o não comparecimento da parte demandada à audiência de conciliação ou de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos narrados na inicial, autorizando o reconhecimento da revelia, tendo em vista que apesar de devidamente citada a demandada não compareceu em Juízo, para apresentar a sua defesa de conformidade com o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis. No entanto, apesar de ser revel a lei lhe faculta receber o processo no estado em que se encontra como também confere ao Juízo a faculdade de continuar o processamento da ação sem a necessidade de ulteriores comunicações a esta parte, e, ao Juiz, a faculdade de levar ou não em consideração a contestação, tendo sido apresentado sua peça contestatória em 01/02/10. Em peça contestatória suscitou preliminares de incompetência do Juízo e ilegitimidade

passiva, Meritoriamente, pugna pela improcedência do pedido, argumentando em síntese que já houve a quitação da indenização do autor, com base no valor máximo para o seu grau de invalidez, estabelecido na Lei 11.482/07, ressaltando ainda que, no caso de diminuição das funções do membro ou órgão lesado, a indenização é calculada de acordo com o percentual de redução funcional apresentada pelo membro atingido, com parâmetro previsto na Resolução nº 01/1975.

Cumpre-me, de logo, apreciar as preliminares suscitadas pela demandada:

<!--[if !supportEmptyParas]-->

1- De incompetência do Juizado Especial Cível.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Quando a Lei 9.099/95 estabelece no art. 3º a competência dos Juizados Especiais Cíveis para processar e julgar causas de menor complexidade, deve se entender que tal complexidade está ligada intrinsecamente à produção de provas, isto é, quando para a solução do litígio se exige meios de prova incompatíveis com a simplicidade do procedimento adotado nos Juizados Especiais, no qual todos os atos processuais são concentrados na audiência de instrução e julgamento. Ocorre que, no presente caso não há necessidade de utilizar-se de prova que fuja a competência desse juízo, as provas produzidas nos autos são suficientes para apreciar a pretensão do autor.

Ademais, há de se levar em consideração que já houve parte do pagamento da indenização pleiteada, o que por si só já exclui a necessidade de realização de nova perícia. Ressalte-se, que a complexidade referida pelo legislador diz respeito à matéria de fato e não a matéria de direito. Ante as razões expostas, **inacolho a preliminar de incompetência dos Juizados Especiais** arguida pela demandada

<!--[if !supportEmptyParas]-->

2) Da ilegitimidade passiva *ad causam*.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Aduz a demandada que não é parte legítima para figurar no polo passivo da presente demanda uma vez que, em decorrência da conversão dos convênios de seguros em consórcios, por força da Resolução SUSEP/CNSP nº 154, de 08.12.06, foi criada a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, entidade essa que, a partir de então, passou a ser a responsável não apenas pela arrecadação, gestão e aplicação dos recursos concernentes ao Seguro DPVAT, mas também pela garantia do pagamento das indenizações decorrentes de tal seguro.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização decorrente do seguro obrigatório, considerando que as empresas seguradoras integrantes do convênio do seguro DPVAT funcionam em sistema de consórcio constituído por todas as seguradoras que operam no citado seguro, existindo um fundo administrado pela FENASEG, para onde são enviados os recursos provenientes da arrecadação dos prêmios do seguro dessa natureza, do qual é retirado o pagamento para indenização do seguro obrigatório - DPVAT.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Nesse diapasão, é irrelevante que outra seguradora tenha realizado o pagamento parcial, na esfera administrativa, mesmo porque vindo ocorrer qualquer problema com a seguradora, isso não pode afetar ao pagamento do seguro obrigatório, que tem função eminentemente social, não podendo sofrer qualquer dedução em seu quantum por qualquer hipótese, além de ser o caso típico de pagamento de indenização devida pela Teoria do Risco.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Apreciadas e rejeitadas a preliminares arguidas, passo ao exame do mérito da questão.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

É, de forma sucinta, o relatório. Decido.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Para requerer indenização por danos pessoais decorrentes de acidente de veículo automotores de via terrestre, é suficiente a prova da ocorrência do sinistro e a as seqüelas decorrentes do acidente.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

No caso em tela, os documentos conduzidos para os autos pelo Autor, tais como: certidão da Secretaria de Defesa Social que atesta a ocorrência do registro Sinistro, Perícia Traumatológica, bem como o próprio protocolo de atendimento de emergência no Hospital Getúlio Vargas ratificam as alegações do autor.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Cumpra observar que a Perícia, de forma cristalina, comprova as seqüelas do membro inferior esquerdo do autor decorrentes do acidente de trânsito.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Nesse passo, deve ser aplicado o art. 8  da Lei n  11.482/2007, que alterou os incisos de I a III do art. 3  da Lei n  6.194/1974, desvinculando da nova legislação o valor da indenização do seguro DPVAT do salário mínimo, considerando que tanto o sinistro quanto o pagamento parcial da indenização ocorreram na vigência da lei nova, tendo o fato ocorrido em 11/10/2008, conseqüentemente, deve ser aplicada ao caso a Lei n  11.482/2007 a qual prescreve no inciso II do art. 3 , que no caso de invalidez decorrente de acidente de veículo terrestre, a indenização terá o teto máximo é de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente, e não mais com base em 40 salários mínimos, estabelecido na lei anterior.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Assim, pelo disposto no art. 3  e suas alíneas, da Lei 6.194/74, alterado pela Lei 11.482/07 de 31 de maio de 2007 e a Lei 11.945/2009 de 06 de junho de 2009, descabe cogitar acerca do percentual de pagamento por grau de invalidez máximo ou mínimo, tomando por base outro valor que não seja o de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), inclusive com a nova lei em seu anexo estipulando percentual compatível com a invalidez acometida pela vítima do acidente.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Há de ser observado que a indenização do seguro obrigatório   DPVAT por invalidez permanente deve ser calculada em valor proporcional a extensão da incapacidade do beneficiário, conseqüentemente não se trata de indenização no teto máximo, apenas quanto ao cálculo do percentual da indenização a ser pago   que deve ter por base o teto máximo estabelecido na lei nova.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Vale salientar que em peça contestatória a demandada alegou que já havia pago ao demandante administrativamente a quantia de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), no entanto nos autos não consta qualquer juntada de comprovante de pagamento da referida quantia e assim não há o que se falar em complementação do seguro DPVAT.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

No caso vertente, mas especificamente pelo relatório médico juntado aos autos verifica-se que o autor foi acometido de várias lesões permanentes do membro inferior esquerdo, não só com a perda de mobilidade do p  esquerdo, como também a presença de cicatrizes hipertróficas, e conforme a nova tabela estipulada pela nova lei 11.945/2009 deve-se usar como parâmetro os percentuais que fora estipulado, e assim levando em consideração a deformidade descrita tem como percentual a ser aplicado de 70% (setenta por cento).

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Não resta d vida de que esta quantia de R\$13.500,00 (treze mil quinhentos reais) deve ser a base para o pagamento do percentual de 70% (setenta por cento). Assim, o total da indenização securitária   DPVAT a qual o demandante faz jus   de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinqüenta reais).

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Quanto à complementação do valor da indenização, esse deverá ser acrescido de juros de mora 1% (um por cento) ao mês, a fluir da citação, como está previsto nos artigos 405/406 do Código Civil vigente c/c o art. 161, § 1º do Código Tributário Nacional e correção monetária a partir da propositura da queixa, conforme iterativa jurisprudência nesse sentido.

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Ante o exposto, com fulcro na legislação citada, decretei a **REVELIA** da empresa demandada **EMPRESA FEDERAL DE SEGUROS S/A** e ainda com base no art. 269, I do CPC **julgo parcialmente procedente** o pedido formulado pelo demandante **DEYVSON ARAGÃO** para condenar a **EMPRESA FEDERAL DE SEGUROS S/A** ao pagamento do seguro obrigatório - DPVAT, relativo às **lesões sofridas em decorrência de acidente de veículo automotor de via terrestre**, no valor de **R\$ 9.450,00(nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, cujo montante deverá ser atualizado pela correção monetária da Tabela do ENCOGE, a partir da propositura da ação, em 16/11/2009, até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, estes devidos a partir da citação, em 20/11/2009, nos termos do art. 405/406, do Código Civil c/c o § 1º do art. 161 do CTN. Sem custas nem honorários nesta Instância, tendo em vista ser inaplicável o ônus da sucumbência nas decisões de primeiro grau nos Juizados Especiais Cíveis (art. 55, da Lei 9.099/95).

<!--[if !supportEmptyParas]-->

Na hipótese de recurso, o valor do depósito será o equivalente à condenação com as correções impostas nessa decisão, (Art. 12. da Lei Estadual 11.404/1996), além de juros e taxa judiciária. Interposto o recurso, no prazo prescrito no art. 42, da Lei 9.099/95, após o decurso do prazo da apresentação das contra-razões, com ou sem esta, venham os autos conclusos. Decorrido o prazo sem recurso, certifique o trânsito em julgado da sentença, cumprida, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Não havendo cumprimento voluntário do julgado, requerendo a parte autora execução da decisão, encaminhem-se os autos ao Juizado Especial das Execuções Cíveis, procedendo às anotações de praxe. Encaminhem-se os autos para homologação do MM Juiz.

Recife, 23 de Março de

2010.

(Assinado Digitalmente)

CLAUDIANA NERY DE ALMEIDA
Juiza Leiga